**PERSPECTIVAS SOBRE AS CLASSES RACIAIS NO BRASIL EM DIÁLOGO
COM A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE**

Mara Beatriz Nunes Gomes

UFPel, mbng.adv@gmail.com

Tainá Melo Silveira

UFPel, tainamelosilveira@gmail.com

Ana Gabriela da Silva Vieira

UFPel, ags.21@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O início dos anos 2000 inseriu o Brasil no processo de democratização do ensino universitário, em uma articulação histórica de Movimento Negro, Constituição Cidadã/1988 e ascensão progressista na política partidária (GUIMARÃES, 2003). De acordo com Guarnieri e Melo-Silva (2017), essa abertura foi consolidada pela Lei Federal n.º 12.711/2012, que instituiu a reserva de vagas para a rede pública nas universidades federais, mediante clivagem econômica e étnico-racial. A eleição da escola pública como critério principal informa uma preponderância do caráter social na implementação das cotas universitárias, traduzindo a opção do Estado brasileiro de redimensionar para outro plano a discussão sobre o impacto das relações étnico-raciais no ensino superior.

Mesmo sublimado, é contundente o fato que a sociedade brasileira foi forjada e ainda se constitui em classes raciais, monopolizada pelo ideal da branquitude como categoria universal e hegemônica que dita as regras do jogo a partir de um senso civilizatório que se pretende europeu (GONÇALVES E SILVA, 2007). Essa noção hierarquizada, embora oficialmente rechaçada pela narrativa oficial, que durante décadas adotou a política de “não política”, continua irradiando efeitos sobre os grupos étnico-raciais, especialmente no que se refere ao campo do ensino (GUIMARÃES, 2003).

Na atualidade experimenta-se um momento ímpar em que a diversidade e o multiculturalismo ganharam destaque na agenda nacional, especialmente pela expansão das

políticas afirmativas na área da educação. Entretanto, esse avanço ainda parece demandar que [...] a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas [...] (GOMES, 2005).

Assim emerge o objeto deste trabalho, que a partir de pesquisa bibliográfica, busca examinar sob o fenômeno de formação das classes raciais e do preconceito vigente no Brasil, a necessidade de ampliação da discussão étnico-racial no processo de aprendizagem do ensino superior, na perspectiva de sedimentar a democratização da universidade.

DESENVOLVIMENTO

A dinâmica das relações raciais brasileiras, segundo aponta Guimarães (2016), impõe uma releitura dos processos de racialização e formação racial nas Américas. A partir dos olhares de Marx e Weber sobre de luta de classes, Guimarães (2016) propõe que o processo de racialização não ficou no passado, sendo, na verdade, permanente, do mesmo modo que acontece com a formação racial.

O exame da estrutura da sociedade brasileira revela contornos específicos sobre a opressão racial que vigora no país. Para Nogueira (2007), o preconceito racial no Brasil é sub-reptício, traduzindo-se em uma preterição sociorracial que se exerce em razão da aparência. O autor sustenta que esse preconceito de marca (ou de cor), tende a negar ou a subestimar o modelo aqui existente, numa expectativa de desaparecimento das demais categorias raciais, frente a um padrão de branquitude a ser alcançado mediante o cruzamento das raças. Assim, a miscigenação apresenta-se como a ideologia que fundamenta a situação racial no país (GOMES, 2008), condicionando a possibilidade de ascensão social do indivíduo de forma inversamente proporcional à presença e densidade de características físicas preteridas pelo arquétipo discriminador (NOGUEIRA, 2007).

Embora na atualidade a noção sobre raça esteja centrada no campo sociopolítico e cultural (BERNARDINO-COSTA, et al., 2009), debater essa questão no bojo da formação cidadã que se instrumentaliza no processo de ensino-aprendizagem ainda não é tarefa fácil nos espaços destinados à educação. Porém, diante da arquitetura de formação racial brasileira, esse diálogo torna-se inescapável para o desenvolvimento e a estruturação das políticas públicas destinadas ao combate da desigualdade racial. Quando se compreende que o suposto ambiente pacífico e hegemônico inscrito no mito da democracia racial (GOMES, 2008) não reflete a densidade da estratificação sociorracial do país, ingressa-se na discussão sobre a conduta adotada pelo Estado brasileiro.

A longa duração de postura estatal omissiva, pautada no antirracismo, contribuiu para o agravamento do abismo entre as classes sociais ocupadas pelos grupos étnico-raciais (BERNARDINO-COSTA, et al., 2009). E é nessa inércia que se pauta e justifica a adoção de políticas afirmativas voltadas à inserção desses sujeitos nos locais de prestígio que podem ser alcançados através do acesso ao ensino superior. Porém, além do caráter imanente de reparação, a efetivação de políticas afirmativas de recorte étnico-racial necessita aprofundar o debate sobre a estrutura sociorracial hierarquizada ainda vigente, buscando novas conformações que permitam a construção de um ensinar-aprender menos universalista e segregatório.

CONCLUSÕES

Em linha com o entendimento de Guimarães (2016), infere-se que “[...] não se pode entender a formação nacional brasileira sem ter plena consciência da centralidade [...] das classes sociais como um ideal de justiça social e de comportamento [...]”. Essa observação desdobra efeitos sobre a constatação de que no Brasil o racismo identifica-se com a noção de preconceito de marca, orientada por uma ideologia de miscigenação que estratifica os sujeitos e condiciona a mobilidade social dos mesmos ao grau de assimilação do padrão da branquitude (NOGUEIRA, 2007).

Contudo, deve-se reconhecer que a noção de democracia racial perdeu força frente aos novos contornos que o reconhecimento da heterogeneidade sociocultural e racial está inserindo na sociedade brasileira, exatamente porque “[...] a formação de classe também ganhou contornos de antagonismo no plano político [...]” (GUIMARÃES, 2016).

Nesse contexto, propõe-se que a partir do campo de educação, especialmente o ensino superior, que já experimenta políticas específicas, poderá ser instrumentalizada uma nova concepção da identidade nacional. Esse construto seria forjado na troca de experiências que se desenlaça dentro de um processo de ensino-aprendizagem mais plural e diverso (GONÇALVES E SILVA, 2007), conferindo, assim, efetividade às medidas de enfrentamento e combate ao racismo (BERNARDINO-COSTA, et al., 2009).

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto dos.; SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações raciais em perspectiva. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n.

2, p. 215-222, jul./dez. 2009. Online. Acessado em 14 jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/9110/6269>.

GOMES, Mariana Selister. A construção da democracia racial brasileira: o nordeste de Gilberto Freyre e o Rio Grande do sul de Dante Laytano. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**, Porto Alegre, 2008 (B). Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>. Acesso em 14 de julho de 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengeue (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez, 2007.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas**. Cad. Pesqui. [online]. 2003, n.118, pp.247-268. ISSN 0100-1574. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000100010>>. Acesso em 14 de junho de 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 28, n. 2, p. 161-182, Aug. 2016 . Online. Acesso em 04 Mai. 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000200161&lng=en&nrm=iso

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 19, n. 1, p. 287-308, June 2007. Online. Acesso em 04 Out. 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100015&lng=en&nrm=iso

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 16, p. 11-37, Apr. 2015. Online. Acesso em 08 Jun. 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200011&lng=en&nrm=iso